

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

Maycon Francisco Marques¹
Amanda Marcato Vieira²
Patrícia Peluso Condé³
Douglas Franco Bortone⁴
Adriana Maria Vieira Mollica⁵

RESUMO

Este artigo aborda a militarização das escolas públicas no Brasil, destacando os impactos desse modelo educacional nos discentes. O objetivo da pesquisa é analisar e compreender como a militarização das escolas públicas impacta no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. A metodologia utilizada é qualitativa e descritiva, é uma pesquisa básica, cujo objetivo é gerar conhecimento teórico sobre o tema em questão. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com alguns docentes de um Colégio Militar de Minas Gerais. Os resultados da pesquisa apontam para opiniões divididas entre os docentes: alguns relatam que a militarização trouxe melhorias para a estrutura física da escola e disciplina dos alunos, enquanto outros destacam o impacto negativo no desenvolvimento socioemocional de estudantes que não se adaptam ao sistema. As principais conclusões indicam que, apesar dos aspectos positivos, como a organização e o desempenho em determinadas áreas, o modelo de militarização tende a restringir a liberdade de expressão e a promover um ambiente autoritário. Isso pode gerar uma exclusão de estudantes que não se adequam ao perfil exigido pela escola militarizada, afetando seu desenvolvimento acadêmico e social.

Palavras-chave: Militarização. Impactos socioemocionais. Desenvolvimento acadêmico.

1 INTRODUÇÃO

Em 1889, o Ministro de Guerra Thomaz Coelho, através de uma proposta, criou o decreto nº 10.220 de 9 de março de 1889, no qual foi aprovado o regulamento para o Imperial Colégio Militar, que hoje é o atual Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Coelho declarou que o Colégio era destinado a filhos de militares, com a intenção de garantir meios que facilitassem a sua inserção na carreira militar. Esse ensino também era gratuito para esses filhos de militares e não gratuito para os civis; atuava como internato e externato e seguia as mesmas ordens do Exército Brasileiro, exceto naquilo que não era praticável devido à idade dos alunos.

¹ Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC);

² Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC);

³ Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC);

⁴ Professor do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC);

⁵ Diretora e Professora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC);

Em 1978, após muitos estudos realizados pela Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), foi determinado o funcionamento do Colégio Militar de Brasília a partir de 1979, primeiramente com o Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos) e inserindo nos anos seguintes o Ensino Médio.

A partir disso, o surgimento das escolas passou a ser crescente e, em 2019, após o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro assumir a presidência do Brasil, a militarização das escolas públicas ganhou um grande destaque. Com o mesmo objetivo de tais instituições de ensino a atender primeiramente os dependentes de militares de carreira do exército e depois os demais candidatos, por meio de processo seletivo (Santos, Almeida et al.) De acordo com Santos (2020), essas escolas fazem parte da classe do exército, polícia militar e corpo de bombeiros, não são reguladas pela Secretaria de Educação e, sim, por órgãos específicos como as Forças Armadas e a Secretaria de Segurança.

Segundo Cosseti, (2022), existe um projeto com estimativa de que mais de 200 escolas públicas sejam militarizadas, abrangendo apenas algumas séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O mesmo autor destaca a gestão cívico-militar, na qual cada um tem sua responsabilidade.

Mas quem faz parte dessa gestão? O Ministério da Defesa é responsável pela parte pedagógica do colégio, como conteúdos e disciplinas. Os profissionais da segurança pública, que, de acordo com o MEC, podem ser militares das Forças Armadas, policiais militares ou corpo de bombeiros são responsáveis pela parte disciplinar do colégio, podendo atuar na forma administrativa.

Além do bom desempenho, as escolas militares também possuem o objetivo de conter o avanço de violência nas instituições educacionais e aproximar os militares da sociedade. Vale ressaltar que, em alguns colégios, os alunos usam fardas e tipos de cortes de cabelos determinados pelos militares; caso essas crianças e adolescentes descumpram alguma regra mesmo fora da escola, quando estiverem fardados, serão punidos.

Alves (2019) relata o crescente cenário de conservadorismo na sociedade brasileira, o que destaca uma grande necessidade de conduzir debates e estudos que falem sobre o resultado dessa militarização na educação e nas crianças e adolescentes no Brasil.

Com isso, a partir de leituras e pesquisas sobre o tema surgiu o seguinte questionamento: Quais os impactos da militarização das escolas públicas no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes?

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e compreender os impactos da militarização das escolas públicas no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes de uma escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pretende-se, nesta parte do estudo, explorar os principais conceitos mencionados por autores e suas teorias, analisando o assunto em questão. Serão abordados os temas: O surgimento das escolas militares no Brasil; Origem do processo de militarização das escolas públicas no Brasil; Militarização de escolas públicas e o princípio constitucional da gestão democrática: um conflito inevitável; impactos da militarização de escolas públicas na vida acadêmica dos estudantes. Assim, pretende-se levar o leitor a ter uma melhor compreensão da discussão do tema.

2.1 O surgimento das escolas militares no Brasil

De acordo com Bento (1995), a primeira escola militar foi criada a partir do Decreto Imperial nº 10.220 de 09 de março de 1889 com o nome de Imperial Colégio Militar, onde hoje é o atual Colégio Militar do Rio de Janeiro. O principal propósito dessa escola, segundo Bento (1995), era:

Proporcionar aos filhos de militares ativos, inativos e honorários do Exército e da Marinha e aos civis que desejassem seguir a carreira militar, os meios de receberem instrução que em poucos anos lhes abrissem as portas das Escolas Militares do Império. (Bento,1995, p.3).

O Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) oferecia o ensino gratuito para os militares e cobrava taxas dos civis. A escola funcionava tanto como internato quanto externato e os alunos seguiam rigorosamente as leis do Exército exceto aquelas que não eram praticáveis devido à idade deles.

Santos e Alves (2022) complementam que na primeira escola militar as vagas eram destinadas apenas aos filhos e dependentes dos vitimados da guerra do Paraguai e eram aceitos somente meninos.

A partir de 1912, novas unidades de colégios que se identificaram com a mesma abordagem política pedagógica começaram a ser estabelecidas em outras capitais,

colaborando para a formação das redes militares federais da educação básica tal como são conhecidas nos dias de hoje (Santos e Alves, 2022.)

“Entre as décadas de 1940 e 1950, o crescimento significativo dos colégios cívico-militares gerou uma demanda crescente por escolas públicas militares voltadas para os filhos de policiais militares, seguindo o modelo já estabelecido pelas Forças Armadas” (Santos e Alves, 2022, p.6).

Baseando-se em dados analisados, Santos e Alves (2022) concluíram que em 1990 o Brasil contava com 10 escolas militares, o que incentivou as corporações que ainda não possuíam essas escolas a desenvolverem políticas para criar tais instituições. Vale destacar que as integrantes das seis corporações das polícias militares (PMBA, PMPR, PMPE, BMRS e PMSC) usufruíam de privilégios, pois essas escolas públicas se destacavam em comparação com as dos civis, visto que contavam com verbas de segurança pública oferecendo uma melhor infraestrutura e condições de funcionamento privilegiadas.

2.2 Origem do processo de militarização de escolas públicas no Brasil.

Segundo Santos e Alves (2022), ao longo da década de 1990, outras unidades federativas também começaram a militarizar suas escolas públicas. Esse processo se fortaleceu nos anos 2000 e, em 2018, deixou de ser uma política somente das redes estaduais, sendo aplicada também em escolas municipais.

Até 2019 os termos “Escola Militar”, “Escola da Polícia Militar”, “Escola do Corpo de Bombeiros Militar” e “Escola Tiradentes” eram frequentemente utilizados para se referir tanto a escolas de fato militares quanto a escolas militarizadas. Nesse mesmo ano, um novo termo surgiu nos debates sobre o tema: “Escolas Cívico-militares”. Em 5 de setembro de 2019, de acordo com o Decreto nº 10.004, essas escolas seriam instituições públicas e ou estaduais mantidas pelas respectivas Secretarias de Educação que aderissem o programa. (Santos e Alves, 2022.)

O objetivo das militarizações seria melhorar o desempenho das escolas públicas no Brasil que não apresentaram bom desempenho, sobretudo no Enem e no IDEB (Direto ao Ponto, 2022). Dados mostram o bom desempenho das escolas militares com notas que atingiram 6,9 e, em contrapartida, das escolas estaduais, as quais alcançaram 4,9, ou seja, aquelas unidades possuem bons resultados comparados às outras escolas; entretanto,

muitos dizem que esse resultado se deve ao grande investimento do Estado nas instituições militares ou militarizadas (Direto ao Ponto, 2022).

Essas escolas, até os anos atuais, seguem sendo supervisionadas pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) e, assim como em 1889, a maioria das vagas ainda são destinadas aos filhos e dependentes dos servidores das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Em caso de todas as vagas não serem preenchidas por eles, os filhos dos civis passam por um processo seletivo, com aplicação de provas. Santos e Alves (2022) relatam também que, segundo a DEPA, uma das principais missões dessas escolas é oferecer uma educação baseada em “valores militares”.

2.3 Militarização de escolas públicas e o princípio constitucional da gestão democrática: um conflito inevitável

Em 1988, a Constituição Federal, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituiu a gestão democrática como um princípio orientador para as escolas públicas no Brasil (Vieira e Vidal, 2015).

De acordo com Vieira e Vidal (2015), com o fim da ditadura militar, diversos educadores passaram a se mobilizar para garantir que seus interesses educacionais fossem reconhecidos e incorporados aos documentos normativos que regem a educação. Entretanto, esse processo não ocorreu de maneira rápida. Não se sabe com precisão quando surgiram os primeiros movimentos em defesa da gestão democrática escolar.

Nesse contexto, destacam-se as Conferências Brasileiras de Educação (CBE) compostas por educadores que defendiam novas práticas de gestão inclusiva, envolvendo toda a comunidade escolar. A IV CBE, realizada em 1986 em Goiânia, foi a mais significativa dessas conferências. Nela, foram estabelecidas as diretrizes gerais que, em 1987, contribuíram para a elaboração da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Em uma escola democrática, as decisões não são centralizadas apenas na administração escolar, mas também envolvem toda a comunidade educativa, incluindo pais, alunos e professores. A democracia, nesse contexto, exige a participação ativa e uma abertura contínua ao diálogo. A participação não só fortalece a gestão democrática, mas também potencializa o debate e a troca de ideias. Sem o diálogo, não há espaço para o

surgimento de pensamentos divergentes, diversidade de opiniões ou contradições, elementos fundamentais para a existência da democracia (Souza, 2019).

A gestão militarizada da educação trata o processo educacional como uma mercadoria, orientando as escolas a atenderem às expectativas do "mercado" ou "clientes", centrando-se na obtenção de boas notas e na imposição de disciplina. Essa abordagem contraria os princípios defendidos pelos profissionais da educação, ao não promover uma educação voltada para a libertação, a solidariedade e a emancipação humana (Barros; Silva, 2023).

Barros e Silva (2023) afirmam que tanto os professores quanto os alunos que não se adequam às rígidas posturas e normas impostas pelo modelo militarizado das escolas acabam se afastando ou sendo marginalizados dentro desse ambiente. Esse processo resulta na exclusão daqueles que não se conformam com a disciplina autoritária, prejudicando a diversidade e o pluralismo que deveriam caracterizar o espaço escolar.

2.4 Impactos da militarização de escolas públicas na vida acadêmica dos estudantes.

A escola pública militarizada se diferencia pela exigência de taxas, o que contraria o princípio da gratuidade do ensino público. Silva e Lauermann (2020, p. 8) afirmam:

Em seguida, destaca-se a cobrança de mensalidade pelos colégios militares, a qual se encontra prevista na Lei Federal nº 9.786/9912 e na Portaria nº 42/08, do Comando do Exército¹³, medida esta julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 5082, o que ofende principalmente a gratuidade do ensino público, previsto na norma no inciso IV do artigo 206 da Constituição de 1988¹⁴ e no inciso VI do artigo 3 da LDB¹⁵

A partir disso, é necessário considerar que uma exclusão social em massa ocorreria, visto que estudantes de baixa renda sem condições de pagar a mensalidade teriam de deixar a escola.

A presença de militares e agentes das forças armadas nas escolas também impacta a vida acadêmica dos estudantes, pois traz o risco de abuso de poder e autoridade, similar ao que frequentemente ocorre com policiais nas ruas (Silva e Lauermann, 2020).

Com a militarização, o conteúdo pedagógico ensinado pode ser influenciado pelo manual de escolas cívico-militares, que adota um enfoque rígido, resultando na limitação da liberdade de expressão e na formação de alunos sem pensamento crítico. Isso é corroborado por Silva e Lauermann (2020, p. 10):

[...] Esta nova política educacional marcada pela militarização do sistema de ensino e pregação de valores como disciplina e ordem, não traz resultados melhores que os apresentados na rede federal de ensino, de modo que reduz a liberdade de expressão de estudantes restringindo a liberdade de aprender e divulgar o pensamento pelo medo de sanções. [...]

Apesar da visibilidade que as escolas militares vêm ganhando em diversas avaliações, os números do ENEM de 2023 mostram que nenhuma das 60 redações nota mil foi de alunos dessas escolas. A maior parte das redações com pontuação máxima veio de instituições privadas, somando 56, enquanto as escolas públicas contribuíram com apenas 4 redações (Revista Sociedade Militar, 2024). Esses resultados trazem à tona reflexões sobre o verdadeiro impacto do ensino militar na formação dos estudantes, em comparação com outros tipos de escolas.

3 METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo geral analisar e compreender os impactos da militarização das escolas públicas no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes de uma escola.

A pesquisa foi feita com 13 professores que atuam ou atuaram em um Colégio Militar de Minas Gerais.

O trabalho, quanto à natureza, constitui-se em uma pesquisa básica, pois não tem aplicabilidade prevista, não possui caráter prático, restringindo-se apenas ao nível teórico. O termo “pesquisa básica”, para Gil (2002), equivale à pesquisa “pura”, sendo aquela que objetiva gerar conhecimento.

O estudo, quanto ao método, trata-se de uma entrevista semiestruturada de caráter qualitativo que, segundo Mathias,

é aquela que não se pode mensurar apenas com números e dados obtidos por meio de um questionário, por exemplo. É uma pesquisa focada em entender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros. (Mathias,2022)

Quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, definida por Lakatos e Marconi (2003, p.158) como “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Assim, como afirma Fonseca,

“à pesquisa bibliográfica é feita a partir de levantamentos de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos como livros,

artigos científicos, páginas de web sites (Matos e Lerche 40) sobre o tema a estudar.” (Fonseca, 2002. p31)

Quanto aos objetivos, o estudo é descritivo, pois “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.” (Manzato; Santos, 2012, p.4). Optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa, que, segundo Poupert (2008), implica em o pesquisador observar pessoalmente situações e comportamentos pelos quais se interessa, utilizando ferramentas como a entrevista, os relatos de vida, ou ainda a pesquisa documental. Para este trabalho, optou-se por realizar entrevistas com os docentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos nas entrevistas com os professores que atuam ou atuaram no Colégio Militar, objeto desta pesquisa. Desse modo, o objetivo deste tópico é expor as informações mais relevantes.

Foram entrevistados 13 professores de séries diversas, todos eles com pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Quando questionados sobre as mudanças adicionadas após a militarização, os respondentes comentaram sobre a melhoria na parte física da escola, com a compra de novos equipamentos, melhora na organização e responsabilidades, corroborando Santos e Alves (2022) quando afirmam que:

se destacavam em relação às escolas públicas civis, uma vez que estavam mais fechadas ao mundo civil (algo importante à cultura militar), dispunham de financiamento específico (com verbas da segurança pública), portanto, contavam com infraestrutura e condições de funcionamento privilegiadas.

Onze dos doze entrevistados concordam que o sistema militar trouxe a comunidade mais próxima à escola, entretanto a resposta de um professor provoca reflexão ao dizer que “*A militarização, por vezes, limita a participação da comunidade, a decisão é hierárquica. (de baixo para cima*”. Esse posicionamento vai ao encontro de Silva e Lauer mann, 2020, enfatizando sobre esse abuso de poder assim como acontece nas ruas e comunidades.

Ao serem perguntados se a abordagem militar influencia o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos, houve uma grande variedade de respostas visto que 5 dos 13 professores relataram que a abordagem estimula a autodisciplina fazendo com que os alunos reflitam melhor sobre suas atitudes com o próximo. Duas respostas

chamaram atenção, quando o professor X diz que *“A abordagem militar para alunos que não possuem perfil, ou que possuem dificuldades de cumprir regras e normas pode gerar problemas socioemocionais.”* O professor Y complementa: *“Sim. Aqueles alunos que não têm perfil militar tendem a rejeitar o sistema, apresentando problemas socioemocionais.”*

Já outros dois respondentes relatam não acreditar que possa causar algum dano. Segundo o Professor Z: *“Às vezes são necessárias algumas imposições no comportamento dos adolescentes para manter disciplina, mas não acredito que a abordagem militar possa causar algum dano.”*

Sobre as demandas e como os alunos têm se adaptado, houve algumas controvérsias: 9 dos 13 professores dizem que os alunos respondem de maneiras diferentes a demandas. Para professora A:

Os alunos em escolas militarizadas respondem de maneira diferente às demandas acadêmicas, pois o ambiente disciplinado e a presença de gestores militares impactam tanto o comportamento, quanto o desempenho deles.

Entretanto, outros dois professores dizem não ver diferença ou que os alunos não agem de maneira diferente. O professor B relata: *“Talvez no início, pois, era uma realidade diferente, porém, atualmente já se habituaram e viram que é uma escola como qualquer outra.”*

Barros e Silva (2023) relatam que tanto os alunos quanto os professores que não se adaptam a esse sistema militarizado acabam se afastando ou sendo marginalizados. Com isso, surgiu o questionamento seguinte para os professores: *“Como você, como educador, se sente em relação à adaptação ao modelo militarizado?”*. Nove dos treze professores se sentem adaptados e gostam do modelo, mas dois deles dizem sentir falta da participação em alguns quesitos pedagógicos, e o professor C diz: *“Não me adaptei. As minhas expectativas, inicialmente eram altas. A realidade foi abaixo das minhas expectativas.”*

Na pergunta seguinte, procurou-se avaliar os impactos acadêmicos e comportamentais da mudança, assim como os pontos positivos e negativos identificados pelos professores. Entre os 13 entrevistados, 6 afirmaram que observaram melhorias nesses aspectos. Conforme relata o professor M: *“Parcialmente. Positivos: melhoria na parte física e equipamentos, material didático, uniforme. Negativos: falta de motivação e interesse por parte dos alunos.”*

A pergunta sete quis saber se os professores sentiam falta de algum aspecto da escola regular no modelo militarizado, e o professor T disse:

Acho que na verdade não falta, porém é um mundo diferente, a ideia do militarismo é uma realidade muito distante, então na minha opinião, falta muita coisa. Mas o que mais sinto falta é do tratamento mais humanizado e afetuoso para com os alunos.

Para Leite (2012, p. 365), a forma como o professor orienta, facilita e organiza o aprendizado influencia diretamente a aprendizagem do aluno. Quanto mais forte for o vínculo afetivo, mais significativa será essa aprendizagem, o que corrobora a fala do professor T.

Por fim foi questionado aos professores sobre o treinamento oferecido ao ingressarem na escola para adaptação ao modelo militarizado. Todos, sem exceção, relataram participar de reuniões administrativas e pedagógicas no início do ano letivo, com o objetivo de alinhar a "*conduta disciplinar esperada, tanto dos alunos quanto dos professores e funcionários*", conforme destaca o professor S.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar e compreender os impactos da militarização das escolas públicas no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes em uma escola específica. A partir das respostas obtidas nos questionários, observamos que alguns respondentes apresentaram uma certa cautela, sugerindo um receio em expressar abertamente suas opiniões. Esse comportamento parece refletir um contexto de autoritarismo presente na instituição, subentendendo-se que a transmissão de qualquer imagem negativa da escola é desencorajada. Esse aspecto ressalta a importância de criar, em pesquisas futuras, um ambiente seguro que permita aos participantes compartilhar suas experiências de maneira mais aberta e transparente.

É evidente a percepção mista dos professores em relação ao modelo militar. Embora a transformação física da instituição tenha sido considerada positiva, com a aquisição de equipamentos modernos, uniformes e uma estrutura adequada, surgem preocupações significativas sobre o impacto desse modelo no desenvolvimento socioemocional dos alunos e na qualidade das relações entre alunos e professores.

Enquanto alguns educadores apontam a maior disciplina e a aproximação da comunidade escolar como aspectos positivos, outros destacam limitações, como o

distanciamento afetivo e a falta de flexibilidade para atender às individualidades dos alunos. Além disso, as respostas indicam que a adaptação ao modelo militar é um processo complexo, tanto para professores quanto para alunos, apresentando variações nas respostas às demandas acadêmicas e comportamentais.

Concluimos que futuras pesquisas devem explorar maneiras de conciliar a disciplina do modelo militar com uma abordagem mais humanizada e afetiva, que promova um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso. A criação de espaços de escuta ativa e o incentivo à expressão dos educadores são fundamentais para contribuir para uma avaliação mais abrangente e transparente desse modelo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, MIRIAM FÁBIA; TOSCHI, MIRZA SEABRA. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 633-647, maio 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932019000300633&lng=pt&nrm=iso. acessos em 30 jul. 2024. Epub 21-Jul-2020. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96283>.

ANDRADE, Wendel Sandro de Oliveira. **Material didático sobre elaboração de artigos científicos e monografias**. Metodologia da Pesquisa Científica, 2007. Ubá, MG: FAGOC.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, Rio de Janeiro. **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro, 2000. (Coletânea de normas).

AS ORIGENS DOS COLÉGIOS MILITARES NO BRASIL. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://www.ahimtb.org.br/As%20Origens%20dos%20Col%C3%A9gios%20Militares%20no%20Brasil%20\(3\)%20\(1\).pdf](https://www.ahimtb.org.br/As%20Origens%20dos%20Col%C3%A9gios%20Militares%20no%20Brasil%20(3)%20(1).pdf). Acesso em: 17 ago. 2024.

BARROS, A.; FERNANDES DA SILVA, E. Implicações da militarização na gestão democrática: Caso de uma escola pública do Distrito Federal. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 183–204, 2023.

COSSETI, Dickson. Militarização das escolas públicas no Brasil. YouTube, 5 de agosto de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/BJHf6kxfGa8?si=Gb3BzBEnn2peI1->

DA SILVA E MARLENE TIRLEI KOLDEHOFF LAUERMAN, R. E. **Do fenômeno da militarização das escolas e seus impactos para a educação brasileira**. Disponível em: <https://www.potemkin.sinasefe-ifc.org/wp-content/uploads/2020/06/04-Do->

fenomeno-da-militarizacao-das-escolas..._Potemkin_n02-2020.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

Histórico. Disponível em:

<http://www.cmb.eb.mil.br/index.php/historico#:~:text=O%20primeiro%20Col%C3%A9gio%20Militar%20nasceu>. Acesso em: 7 set. 2024.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**. Sentido e formas de uso, Estoril, Principia Editora, 2006.

LERCHE VIEIRA, S.; MAIA VIDAL, E. Gestão democrática da escola no Brasil: desafios à implementação de um novo modelo. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 67, p. 19–38, 2015.

LEITE, S. A. DA S. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 355–368, 2012.

MANZATO, A.; ADRIANA, P.; SANTOS, B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-20121/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>.

PIMENTEL, S. **Desempenho das escolas militares na redação do ENEM 2023**. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2024/01/escolas-militares-enem-sp1.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RENAN EDUARDO, D. S. E. M. T. K. L. **Do fenômeno da militarização das escolas e seus impactos para a educação brasileira**. Disponível em: https://www.potemkin.sinasefe-ifc.org/wp-content/uploads/2020/06/04-Do-fenomeno-da-militarizacao-das-escolas..._Potemkin_n02-2020.pdf. Acesso em: 19 sep. 2024.

SANTOS, CATARINA DE ALMEIDA et al. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 580-591, maio 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932019000300580&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 jul. 2024. Epub 21-Jul-2020. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.99295>.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL EM 2019: ANÁLISE DO CENÁRIO NACIONAL. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, 2022.

SOUZA, Â. R. DE. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio**, v. 27, n. 103, p. 271–290, 2019.

QUESTIONÁRIO

PARTE 1 – IDENTIFICAÇÃO

- 1; Nome:
2. Idade:
3. Há quantos anos você é formado?
4. Há quanto tempo atua na área da educação?
5. Você possui alguma especialização? Se sim, qual a sua pós-graduação?
6. Há quanto tempo trabalha no Colégio?

PARTE 2 – DADOS

1. Em relação à padronização do uniforme escolar, quais mudanças específicas foram realizadas após a militarização da escola, e como elas foram recebidas pela comunidade escolar?
2. Como a militarização influenciou o modelo de gestão escolar e a participação da comunidade escolar (professores, pais e alunos) nas decisões administrativas e pedagógicas?
3. A abordagem militar influencia o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos? Se sim, de que maneira?
4. Os alunos têm respondido de maneira diferente às demandas acadêmicas desde a militarização?
5. Como você, como educador, se sente em relação a adaptação ao modelo militarizado?
6. Na sua opinião, a escola militarizada tem cumprido com os resultados acadêmicos e comportamentais que foram prometidos inicialmente? Quais são os principais pontos positivos ou desafios nesse sentido?
7. Você sente falta de algum aspecto de uma escola regular no modelo militarizado? Se sim, qual seria esse aspecto e por que ele é importante para você?
8. Que tipo de treinamento ou orientação é oferecido aos professores e à equipe administrativa quando entram na escola para a adaptação ao novo modelo?